

---

## Porquê fazer este Programa?

A Universidade Europeia organiza formação pós-graduada e especializada, no âmbito da denominada oferta de Formação Executiva. A formação pós-graduada, onde se inclui o Curso de Formação Avançada sobre *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia*, com 60 horas de contacto, em regime de EaD, está vocacionada para o exercício de profissões de diversa índole (não apenas de carácter jurídico) e permite aos participantes uma preparação profunda, dotando-os de um conjunto de conhecimentos com uma componente académica robusta, bem como, de uma especialização direccionada para o mercado de trabalho. Desta forma, os participantes disporão de competências que lhes permitem um aumento da empregabilidade ou uma progressão nas carreiras onde estão integrados, a opção por novas áreas de trabalho, o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e o ulterior ingresso em programas de mestrado.

O Curso de Formação Avançada sobre *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia* desenvolvido em parceria com o **Privacy and Data Protection Centre**, apresenta um programa de excelência lecionado por um corpo docente de especialistas em RGPD e consultores na área da proteção de dados, com conhecimentos científicos e competências na área da proteção de dados num contexto digital. Os citados especialistas possuem ainda formação complementar em outras áreas científicas envolvidas nas transferências internacionais de dados pessoais.

A evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais, exigindo um quadro de proteção sólido e mais coerente em toda a União Europeia.

A experiência da Diretiva 95/46/CE e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia fomentaram a necessidade de se criar um novo instrumento jurídico, tendencialmente uniformizador das legislações dos diversos Estados-membros em sede de proteção de dados pessoais. Surge assim o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao

---

tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou plenamente em vigor no dia 25 de maio de 2018.

O RGPD apresenta um conjunto significativo de normas que exigiu a criação de legislação nacional em todos os Estados-membros da União Europeia. O novo instrumento, cujo impacto vai além da Europa, influenciou a alteração legislativa em mais de 129 países, nos quais foram introduzidas alterações importantes sobre a proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais impondo novas obrigações ao Estado, às entidades administrativas independentes, aos institutos públicos; aos bancos, às instituições de ensino superior quer sejam de natureza pública ou privada; às unidades de investigação; às empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais; às associações públicas; às empresas de grande dimensão e às pequenas e médias empresas, e outras organizações independentemente da sua natureza.

Em Portugal originou a publicação da Lei n.º 58/2019 de agosto, que assegura a execução do RGPD, na ordem jurídica nacional.

No Brasil, a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Numa clara influência do RGPD, a Lei n.º 13.853, de 8 de julho de 2019, altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de proteção de dados e outras providências.

A Lei Geral de Proteção de dados Pessoais do Brasil, foi alterada pelo Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comité Central de Governança de Dados.

Para que o Brasil possa assegurar uma vantagem comparativa no contexto internacional, é preciso criar um elevado nível de proteção dos dados pessoais, enquanto aguardamos a plena entrada em vigor da LGPD do Brasil. Todas as organizações – públicas e privadas, independentemente da sua dimensão, têm de observar os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais e respeitar os novos direitos dos titulares de dados pessoais, sejam eles trabalhadores, fornecedores, clientes, estudantes, professores e investigadores, utilizadores ou outros.

Com a plena produção de efeitos do RGPD, a 25 de maio de 2018, e com a entrada em vigor da LGPD do Brasil, considera-se que a União Europeia e o Brasil terão criado textos paradigmáticos e unificadores da proteção de dados e com eles, poderão combinar o mais elevado nível de proteção de dados pessoais com uma maior abertura à circulação internacional de dados.

A par das vantagens para os direitos fundamentais, haverá, igualmente, uma repercussão significativa nas relações comerciais entre o Brasil e os Estados-membros da União Europeia.

## Principais Benefícios

O principal benefício do Curso é a atribuição de competências na área da proteção de dados em ordenamentos distintos como o Brasil, Portugal, nos Estados do Espaço Económico Europeu e na própria União Europeia.

O Curso centra-se na interpretação, articulação e implementação do Regulamento Europeu de Proteção de Dados Pessoais e da Lei Geral de Proteção de Dados, capacitando na área da proteção de dados.

Estudantes, profissionais independentes, quadros de empresas do setor industrial e terciário (banca, seguros), centros de informação e documentação, marketing e publicidade, bem como consultores na área do Direito e da Gestão empresarial, terão acesso a ferramentas que lhes vão permitir relançar a sua vida profissional.

Aos altos cargos das empresas envolvidos na produção de informação de suporte à tomada de decisão, encontrarão nesta formação avançada a oportunidades de aprofundar as regras vinculativas aplicadas às empresas relativas aos direitos dos titulares dos dados e à circulação de dados pessoais no contexto europeu e internacional.

Aos quadros técnicos e especializados do sector público: unidades hospitalares, centros clínicos e laboratórios e investigadores em geral, terão acesso aos fundamentos das derrogações aos direitos individuais do titular da proteção de dados em razão do interesse público, e em especial quando em causa estejam as transferências internacionais de dados pessoais entre os serviços competentes em matéria de segurança social ou de saúde pública.

Às empresas e aos responsáveis pela gestão estratégica dos sistemas de gestão das organizações (comerciais, industriais e serviços, em particular as prestadoras de serviços na área da genética) serão apresentadas as obrigações do RGPD e os procedimentos de avaliação de impacto sobre a proteção de dados e a adequação do nível de proteção de dados no âmbito das transferências internacionais. Embora o fio condutor seja o RGPD, serão recordadas as convenções internacionais e interpretados os instrumentos juridicamente vinculativos. Desta forma, os formandos terão a oportunidade de se capacitarem para a cooperação internacional, no âmbito das transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais e, obterem conhecimentos sobre a elaboração de códigos de conduta, bem como o acesso a prestigiantes certificações internacionais.

Globalmente, os formandos serão a oportunidade de acompanhar as vantagens e os desafios que acompanham o paradigma da transformação digital. O RGPD abre as portas à digitalização e à inteligência artificial (IA), uma ferramenta estratégia que evolui com o *Big Data* e que a União Europeia que estar na vanguarda. Neste âmbito, ao longo de todos os módulos o impacto da IA nos contratos, responsabilidade civil e fiscalidade, nos setores bancário e financeiro, nas relações laborais, na privacidade e nos direitos de imagem. Os formandos terão a oportunidade de desenvolver estas matérias na Pós-Graduação em Direito Digital e Negócios, também lecionada pela Universidade Europeia em regime EaD.

---

## Objetivos do Programa

A formação avançada sobre a *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia*, está vocacionada para o exercício de profissões na área da proteção de dados e visa permitir aos participantes o aprofundamento dos conhecimentos obtidos e assegurar uma especialização direcionada para o mercado de trabalho, dotando os estudantes de competências que lhes possibilitem um aumento da empregabilidade ou uma progressão nas carreiras onde estão integrados, a opção por novas áreas de trabalho, o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e o ulterior ingresso em programas pós-graduados ao nível do Mestrado.

Os objetivos do programa são designadamente:

- Enquadrar a LGPD e o RGPD num contexto de valências multidisciplinares;
- Compreender as diferentes abordagens estratégicas aos desafios colocados pelo diploma, no plano nacional e internacional;
- Identificar e problematizar os pontos de contacto e as diferenças entre a LGPD e o RGPD;
- Identificar os papéis, a estrutura e as consequências das DPAs
- Promover a adoção de uma cultura organizacional ativa de proteção de dados pessoais, criando mecanismos de melhoria contínua dos níveis de segurança pessoal e organizacional;
- Preparar planos de comunicação para as situações de gestão de crises;
- Preparar as organizações para os desafios que se colocam na área do direito laboral e da celebração de contratos;
- Preparar as metodologias e ferramentas de gestão de vulnerabilidades associados à privacidade e proteção de dados pessoais;
- Preparar a elaboração de Códigos de conduta e o processo de certificação das empresas.
- Preparar para a elaboração de processos e metodologias a utilizar na tomada de decisão;
- Dotar de competências para o desenvolvimento de estratégias de proteção de dados aplicadas aos contextos socio-organizacionais;

- Dotar de competências para a conceção, implementação, avaliação e melhoria das políticas de segurança de dados;
- Dotar de competências em técnicas e ferramentas de DPO/EPD;
- Dotar de competências para a transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais.

### Posicionamento:

O curso de formação avançada está vocacionado para o exercício de profissões na área da proteção de dados mediante uma certificação europeia nessa área. A formação foi concebida, para dotar os responsáveis pelo tratamento de dados e os subcontratantes de ferramentas que, lhes possibilitem ganhar vantagens competitivas face à concorrência. Foi especialmente pensado para especialistas brasileiros, que pretendam fornecer serviços de assessoria/DPO às empresas europeias. Por último, pretende apresentar às associações comerciais e industriais, as oportunidades de se constituírem como organismos de certificação em matéria de proteção de dados.

### 5 Fatores Inovadores:

O curso de formação avançada sobre a *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia*, apresenta os seguintes fatores inovadores:

- i) O curso é lecionado por 4 especialistas, que acompanharam a elaboração do RGPD e são coautores dos atuais diplomas sobre proteção de dados de Portugal e do Brasil;
- ii) O curso tem a tutela do Centro de estudos e análise da privacidade e proteção de dados - *Privacy and Data Protection Centre*, da Universidade Europeia, com sede em Lisboa.
- iii) A criação de um webinar no final de cada módulo, permite a comunicação síncrona entre os formandos e o professor;
- iv) A avaliação de conhecimentos será realizada no final do curso e corresponde a 14 créditos (ECTS - European Credit Transfer System), com a possibilidade de serem validados por outras instituições de ensino superior na Europa;

- v) A conclusão com sucesso do curso habilitará os participantes a integrarem o *Privacy and Data Protection Centre*, Centro que é coordenado pelos responsáveis científicos e coordenadores do presente curso.

## 5 Fatores de Diferenciação vs. a Concorrência:

Os fatores diferenciadores face à concorrência são:

- I. Qualidade académica e científica dos professores;
- II. Os professores são doutorados, com investigação no estrangeiro (Oxford) e, cargos públicos de relevo.
- III. Os Professores têm uma experiência de partilha académica ao nível da publicação, pesquisa e organização de cursos em cotutela, congressos e seminários internacionais;
- IV. A Universidade Europeia, na pessoa da Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira, é vogal da Comissão Técnica para a Proteção de Dados, CT n.º 215, do Instituto Português da Qualidade, I.P., Portugal, uma referência nacional no domínio da normalização aplicável aos vários domínios de atividade;
- V. A Universidade Europeia oferece uma plataforma robusta (*blackboard*), que é partilhada pela sua parceira Universidade Feevale, e que permite assegurar as condições técnicas à lecionação do curso de formação avançada em regime de EaD.

## Público e Destinatários:

Target Principal:

- Organizações do setor privado: banca, seguros e demais empresas nas áreas da comunicação, marketing, recursos humanos e outras;
- Quadros técnicos e especializados do sector público: unidades hospitalares, centros clínicos e laboratórios;
- Quadros intermédios e superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil;
- Responsáveis pelo tratamento de dados em instituições de ensino.

Target Secundário:

- Entidades e associações patronais;
- Organismos de certificação;

- Organizações não governamentais;
  - Responsáveis por infraestruturas críticas, e demais interessados
  - Advogados e outros.

### Oportunidades Profissionais:

Quadros superiores em organizações do Estado e da sociedade civil.

Quadros em organizações internacionais e organizações não-governamentais.

Gestores de negócios e administradores de empresas.

Encarregados de proteção de dados (DPO) na administração pública central e local, no setor empresarial do Estado e no setor privado.

Especialistas em entidades de certificação e autoridades nacionais de proteção de dados.

Profissionais independentes, licenciados nas áreas de Direito, Gestão, Engenharia, finanças, Marketing, Comunicação e contabilidade, que pretendam integrar o mercado de trabalho ou iniciar uma nova atividade.

Oportunidades para estudantes ainda a frequentar o ensino superior,

### Programa:

ÁREAS	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	CARGA HORÁRIA/ECTS
<b>MÓDULO DE APRESENTAÇÃO</b>  <b>DOCENTES:</b> Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira e; Professor Dr. Alexandre Sousa Pinheiro	<b>Apresentação do Curso de Formação Avançada sobre a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento geral do programa;</li> <li>• Método pedagógico;</li> <li>• Método de avaliação.</li> </ul>	Semana 1  Horas de contacto:  2

<p><b>MÓDULO I</b></p> <p><b>DOCENTE</b> Professor Dr. Danilo Doneda</p>	<p><b>Origem e contexto regional do Direito à Proteção de Dados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os projetos legislativos anteriores à LGPD apresentados no Congresso da República Federativa do Brasil;</li> <li>Haverá um direito à proteção de dados com traços de regime específicos nos Estados Latinos Americanos?</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 1</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO II</b></p> <p><b>DOCENTE</b> Professor Dr. Danilo Doneda</p>	<p><b>Fundamentos da LGPD e a influência do RGPD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os fundamentos para a disciplina da proteção de dados na LGPD;</li> <li>RGPD e LGPD: semelhanças, falsas semelhanças e diferenças;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 2</p> <p>Horas de contacto 4</p>
<p><b>MÓDULO III</b></p> <p><b>DOCENTE</b> Professor Dr. Alexandre Sousa Pinheiro</p>	<p><b>Conceitos fundamentais na LGPD e RGPD: contributos jurisprudenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conceitos fundamentais da LGPD e sua relação com o RGPD;</li> <li>A experiência jurisprudencial na aplicação dos conceitos previstos na LGPD;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 3</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO IV</b></p> <p><b>DOCENTE</b> Professor Dr. Alexandre Sousa Pinheiro</p>	<p><b>Princípios fundamentais na LGPD e RGPD: contributos jurisprudenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Princípios fundamentais na aplicação da LGPD e influências do RGPD;</li> <li>A experiência jurisprudencial e administrativa na aplicação dos conceitos previstos na LGPD. A experiência da União Europeia;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 4</p> <p>Horas de contacto: 4</p>

<p><b>MÓDULO V</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira</p>	<p><b>O tratamento de dados pessoais sensíveis: dados relativos à saúde e dados genéticos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os requisitos para o tratamento de dados pessoais na LGPD e a influência do RGPD;</li> <li>O caso especial da saúde e dos dados genéticos;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 5</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO VI</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira</p>	<p><b>Os requisitos de um consentimento informado na LGPD e no RGPD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O consentimento na LGPD e influência do RGPD;</li> <li>O regime do direito de acesso na LGPD e influência do RGPD;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 6</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO VII</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Márcia santana Fernandes</p>	<p><b>O uso, compartilhamento e tratamento de dados pessoais sensíveis para fins de investigação científica na LGPD e no RGPD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os contornos da investigação científica: uso, compartilhamento e tratamento de dados sensíveis na LGPD e no RGPD;</li> <li>As derrogações ao tratamento de dados sensíveis na LGPD e no RGPD Estudo de caso específico da investigação clínica;</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 7</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO VIII</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professor Dr. Alexandre Sousa Pinheiro</p>	<p><b>Os direitos dos titulares dos dados na LGPD e no RGPD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os direitos do titular dos dados na LGPD e influência do RGPD (1);</li> <li>Os direitos do titular dos dados na LGPD e influência do RGPD (2);</li> <li>Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 8</p> <p>Horas de contacto: 4</p>

<p><b>MÓDULO IX</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira</p>	<p><b>A diplomacia económica e o tratamento de dados nas transferências internacionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A circulação de dados no contexto internacional: as garantias adequadas;</li> <li>• O papel do Encarregado de Proteção de Dados na LGPD;</li> <li>• Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 9</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO X</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira</p>	<p><b>Fundamentos da LGPD e a influência do RGPD Trans internacional de dados pessoais: o papel do controlador operador</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência Internacional de Dados na LGPD;</li> <li>• Controlador e Operador como agentes de tratamentos de dados pessoais;</li> <li>• Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 10</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO XI</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professor Dr. Alexandre Sousa Pinheiro</p>	<p><b>Segurança da informação e governança na LGPD e n</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança da informação na LGPD e influência do RGPD;</li> <li>• Boas práticas e governança na LGPD;</li> <li>• Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 11</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO XII</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Márcia Santana Fernandes</p>	<p><b>Sanções administrativas e responsabilidade civil na LGPD e RGPD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanções administrativas e responsabilidade civil na LGPD e no RGPD;</li> <li>• Estudo dos parâmetros e precedentes jurisprudenciais no Brasil e na União Europeia;</li> <li>• Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>~</p> <p>Semana 12</p> <p>Horas de contacto: 4</p>
<p><b>MÓDULO XIII</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professor Dr. Danilo Doneda</p>	<p><b>As autoridades nacionais de proteção de dados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (i);</li> <li>• A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (II) e o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;</li> <li>• Webinar de debate e apresentação de dúvidas.</li> </ul>	<p>Semana 13</p> <p>Horas de contacto: 4</p>

<p><b>MÓDULO XIV</b></p> <p><b>DOCENTE</b>          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira</p>	<p><b>Prova de Avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização do enunciado da prova de conhecimentos via blackboard;</li> <li>• Submissão da prova via blackboard, após a sua conclusão;</li> <li>• Apresentação da grelha de correção da prova;</li> <li>• Atribuição das notas e dos 6 créditos (ECTS);</li> <li>• Emissão dos diplomas e certificados de presença.</li> </ul>	<p>Semana 14</p> <p>Horas de contacto:</p> <p>Créditos (ECTES): 14</p>
<p><b>MÓDULO DE ENCERRAMENTO</b></p> <p><b>DOCENTES:</b>          Professora Dr. Alexandre Sousa Pinheiro;          Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira;          Professor Dr. Danilo Doneda;          Professora Dra. Márcia Santana Fernandes.</p>	<p><b>Apreciação global e encerramento do curso;</b>  <b>Abordagem sobre projetos futuros.</b></p>	<p>Semana 15</p> <p>Horas de contacto: 2</p>

### Metodologia Pedagógica

Expositivo; Explicação; Diálogo; Interrogação; Audiovisuais; Simulação de diagnóstico ao tratamento de dados; análise das decisões judiciais do Tribunal de Justiça da União Europeia e de tribunais nacionais dos países europeus, bem como do Tribunal Federal do Brasil.

### Metodologia de Avaliação

O Curso de Formação Avançada sobre a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia, contempla uma prova final de avaliação de conhecimentos. Aos formandos que concluíam com aproveitamento, será emitido um Diploma de Pós-Graduação com a chancela de excelência da Universidade

Europeia e terão ainda a possibilidade de integrar o Centro de estudo da privacidade e proteção de dados da Universidade Europeia – *Privacy and Data Protection Centre*. Podem ainda, casos reúnam todos os critérios, acederem a um mestrado da Universidade Europeia.

A emissão do Diploma é condicionada à participação da totalidade do curso.

Podem ainda ser conferidos certificados pela frequência do curso.

### Parcerias, Certificações e Add-ons:



A parceria firmada entre a Universidade Europeia – Portugal e a Universidade Feevale – Brasil, em 2019, proporcionou uma colaboração científica e académica entre as duas Universidades, instituições de referência no panorama do ensino superior em Portugal e no Brasil. Os projetos de investigação envolvem pesquisadores de ambas as instituições, com publicação na área dos direitos fundamentais, privacidade e proteção de dados, culminando na criação de um curso avançado nestas áreas.

O Curso de Formação Avançada sobre a *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia*, é certificado através de um diploma de Pós-Graduação pela Universidade Europeia, pela frequência e conclusão com aproveitamento do curso, nos termos do artigo 2.º do Regulamento. A conclusão com aproveitamento de módulos integrados no Curso pode ser objeto de certificação, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento dos Cursos Não Conferentes de Grau da Universidade Europeia.

<https://www.europeia.pt/universidade-europeia/institucional/estatutos-e-regulamentos>

---

A Universidade Europeia foi reconhecida pelo Decreto-Lei n.º 87/2013, de 26 de junho, publicado em Diário da República n.º 121/2013, Série I de 26 de junho de 2013 e pelo Despacho n.º 7773/2018, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 155 — 13 de agosto de 2018. [https://www.europeia.pt/content/files/estatutos\\_2018.pdf](https://www.europeia.pt/content/files/estatutos_2018.pdf).

A Universidade Europeia possui a *Erasmus Charter For Higher Education 2014-2020*, integrando forma, a rede de instituições de ensino superior de qualidade, quer ao nível do ensino, quer ao nível da pesquisa, bem como das atividades de cooperação europeia e internacional da rede de instituições de ensino superior, da qual é membro. [https://cdn2.hubspot.net/hubfs/339034/2018/Internacional/Carta%20Erasmus\\_UE.pdf](https://cdn2.hubspot.net/hubfs/339034/2018/Internacional/Carta%20Erasmus_UE.pdf).

Com uma vasta experiência na graduação e pós-graduação, a Universidade Europeia utiliza a plataforma *Blackboard Collaborate* para as iniciativas académicas no âmbito do ensino a distância (EaD).

O Curso de Formação Avançada sobre a *Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil: conteúdo e influências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia*, foi aprovado pelos órgãos legalmente competentes da Universidade Europeia e todo o atendimento online deverá ser dirigido à Coordenadora, Professora Dra. Cristina Maria de Gouveia Caldeira, via plataforma *blackboard*, que é apoiada por um secretariado próprio, ao qual compete apoiar os órgãos e garantir o regular funcionamento dos cursos.

## Coordenação Científica do Programa



### **Cristina Maria de Gouveia Caldeira (PhD)**

Pós-Doutorada na área da Propriedade Intelectual, Universidade Nova de Lisboa. Doutorada em Direito na Especialidade em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Programa Doutoramento em Ciência Política na especialidade de políticas públicas, Universidade Católica Portuguesa. Bolseira da Fundação Gulbenkian na Universidade de Oxford, St Antony's College. Investigadora de Pós-Doutoramento na PUC RS; Brasil e colabora no Laboratório de Bioética no Hospital de Clínicas (RS Brasil), como investigadora na área de proteção de dados biomédicos. Desempenhou funções de Adjunta da Secretária de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Coautora de projetos de diplomas legais. Foi Vice-Reitora do IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário (2014-2015). Atualmente é vogal da Comissão Técnica para a Proteção de Dados, CT 215, do Instituto Português da Qualidade, IP. Portugal.

É coordenadora do *Privacy and Data Protection Centre*. Autora de várias publicações e participante regular em iniciativas públicas de Direito da Propriedade Intelectual e Proteção de Dados.

### **Cristina Caldeira**

Especialista na área da Proteção de Dados e da Propriedade Intelectual  
Coordenadora da *Privacy and Data Protection Data*  
Ex-Adjunta Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**Universidade Europeia**

[Cristina.caldeira@universidadeeuropeia.pt](mailto:Cristina.caldeira@universidadeeuropeia.pt)

Estrada da Correia, nº53,  
1500-210 Lisboa, Portugal

[europeia.pt](http://europeia.pt)



**Alexandre Sousa Pinheiro (PhD)**

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012), onde foi Professor até 2019. É atualmente Professor de Direito Administrativo na Universidade Europeia. Advogado (desde 1993). Consultor na Presidência do Conselho de Ministros e no Ministério da Justiça (1995-2002). Vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados (2001-2006), tendo sido membro das Autoridades Comuns de Controlo da EUODAC e do EUROJUST. Na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (2007) preside ao MGD (*Multidisciplinary Group on Organised Crime*). Consultor Principal do CEJUR (2006-2009). Coordenador Científico do Projeto Legis-Palop (2009 – organização da legislação dos Estados Africanos de Língua Portuguesa). Senior Expert da Agência Europeia de Direitos Fundamentais (2008-2011). Consultor da Assembleia da República para matérias de Técnica Legislativa (2013-2014). Coordena o Curso Avançado de Proteção de Dados (2012-2017) e exerce funções como Juiz Arbitral no Tribunal Arbitral do Desporto (2015-2018) e de Juiz-Presidente nos Colégios Arbitrais do Conselho Económico e Social.

É coordenador do *Privacy and Data Protection Centre*. Autor de cerca de 60 títulos e participante regular em iniciativas públicas de Direito Público e Proteção de Dados.

---

## Corpo Docente



### **Alexandre Sousa Pinheiro (PhD)**

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012), onde foi Professor até 2019. É atualmente Professor de Direito Administrativo na Universidade Europeia. Advogado (desde 1993). Consultor na Presidência do Conselho de Ministros e no Ministério da Justiça (1995-2002). Vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados (2001-2006), tendo sido membro das Autoridades Comuns de Controlo da EUODAC e do EUROJUST. Na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (2007) preside ao MGD (*Multidisciplinary Group on Organised Crime*). Consultor Principal do CEJUR (2006-2009). Coordenador Científico do Projeto Legis-Palop (2009 – organização da legislação dos Estados Africanos de Língua Portuguesa). Senior Expert da Agência Europeia de Direitos Fundamentais (2008-2011). Consultor da Assembleia da República para matérias de Técnica Legislativa (2013-2014). Coordena o Curso Avançado de Proteção de Dados (2012-2017) e exerce funções como Juiz Arbitral no Tribunal Arbitral do Desporto (2015-2018) e de Juiz-Presidente nos Colégios Arbitrais do Conselho Económico e Social.

É cordenador do *Privacy and Data Protection Centre*. Autor de cerca de 60 títulos e participante regular em iniciativas públicas de Direito Público e Proteção de Dados.



**Cristina Maria de Gouveia Caldeira (PhD)**

Pós-Doutorada na área da Propriedade Intelectual, Universidade Nova de Lisboa. Doutorada em Direito na Especialidade em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Programa Doutoral em Ciência Política na especialidade de políticas públicas, Universidade Católica Portuguesa. Bolseira da Fundação Gulbenkian na Universidade de Oxford, St Antony's College. Investigadora de Pós-Doutoramento na PUC RS; Brasil e colabora no Laboratório de Bioética no Hospital de Clínicas (RS Brasil), como investigadora na área de proteção de dados biomédicos. Desempenhou funções de Adjunta da Secretária de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Coautora de projetos de diplomas legais. Foi Vice-Reitora do IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário (2014-2015). Atualmente é vogal da Comissão Técnica para a Proteção de Dados, CT 215, do Instituto Português da Qualidade, IP. Portugal.

É Coordenadora do *Privacy and Data Protection Centre*. Autora de várias publicações e participante regular em iniciativas públicas de Direito da Propriedade Intelectual e Proteção de Dados.



**Danilo Doneda (PhD)**

Doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É advogado, professor e especialista em temas de Proteção de Dados e Privacidade. Professor no mestrado em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público e consultor do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Membro dos conselhos consultivos do Projeto Global Pulse, da Organização das Nações Unidas, do Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana e da Open Knowledge Brasil. Membro do conselho de orientação editorial da Revista de Direito Civil Contemporâneo. Foi coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ) e consultor pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na mesma Secretaria. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi pesquisador visitante na Autoridade Garante para a Proteção de Dados em Roma, na Itália, na Università deli Studi di Camerino, em Camerino, na Itália e no Instituto Max Planck para Direito Privado Comparado e Internacional, em Hamburgo, na Alemanha. Autor de livros e diversos artigos sobre Direito Civil, Proteção de Dados Pessoais e temas relacionados à Direito, Internet e Sociedade.



**Márcia Santana Fernandes (PhD)**

Pos-Doutorada pelo Programa de Pós-Graduação de Medicina em Ciências Médicas, da Faculdade de Medicina da UFRGS (2009-2011). Doutora em Direito pela UFRGS, PPG-Faculdade de Direito (2008). Especialista em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo - USP (1991). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP (1989). É Professora Colaboradora e pesquisadora em Pos-Doc no Programa de Pós-Graduação de Direito, da Escola de Direito (PPP/Dir), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora da Universidade Feevale, Faculdade de Direito. Professora e Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica do HCPA. É Pesquisadora Associada do Laboratório de Pesquisa em Bioética e Ética na Ciência do Centro de Pesquisas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre-LAPEBEC/HCPA. É pesquisadora no Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa-Portugal.

Autora de várias publicações na área da propriedade intelectual e na proteção de dados.

## Requisitos para a Admissão neste Programa:

Nos termos do artigo 7.º do Regulamento dos Cursos não Conferentes de Grau da Universidade Europeia, serão admitidos os estudantes que tenham obtido aproveitamento num Curso de bacharelato e de graduação e de Pós-Graduação (mestrado ou doutoramento, nacional ou estrangeiro). Podem candidatar-se todos aqueles que, não sendo detentores de um Curso de bacharelato, de graduação ou de pós-graduação, mas que possuam um currículo escolar, científico ou profissional que ateste a sua capacidade para a frequência da formação em causa. Nas situações referidas no número anterior, o candidato fica obrigado a apresentar um *Curriculum Vitae* detalhado, o qual será objeto de análise por parte do Diretor da Formação Executiva, que o submete ao Conselho Científico para emissão de parecer. Cumpridos os requisitos indicados e, mediante parecer favorável do Conselho Científico, será autorizada a inscrição do candidato e definido o tipo de diploma a que o mesmo terá acesso.

## Projetos Desenvolvidos em edições anteriores:

Tratando-se da sua primeira edição, existe a expectativa que venham a ser criados projetos de consultoria, parcerias à medida que é feito o acompanhamento e monitorização e implementação do novo quadro normativo de proteção de dados pessoais no Brasil, a LGPD, na sua interação com o RGPD. Adicionalmente, os formandos serão convidados a participar nos webinars que o Centro de estudo e análise da provacidade e da proteção de dados (PDPC) organiza recrutando os mais reputados especialistas nos diferentes setores de atividades.

LISBOA, 22 de julho de 2020.